



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025111201

INTERESSADA: JNX SERVIÇOS.

Objeto: Análise da impugnação ao edital apresentada por empresa terceira

Processo: Pregão Eletrônico nº 2025111201

Órgão: Câmara Municipal de Pacatuba – CE

I. RELATÓRIO

Trata-se da impugnação apresentada pela empresa JNX SERVIÇOS, sendo que esta juntou impugnação em nome da empresa DT SERVIÇOS, LOCAÇÕES E EVENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 21.582.271/0001-72, protocolada tempestivamente no âmbito do Pregão Eletrônico nº 2025111201.

Posteriormente, a empresa JNX SERVIÇOS, que não figura como licitante, remeteu comunicação eletrônica à Administração solicitando o desconsideramento da impugnação protocolada, por não possuir legitimidade para representá-la ou atuar no certame.

II. ANÁLISE

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, a impugnação ao edital pode ser apresentada por qualquer interessado, desde que seja parte legítima e identificável no processo, respeitando-se o devido processo legal e a boa-fé objetiva.

Contudo, verifica-se que:

- A impugnação foi protocolada pela empresa JNX SERVIÇOS, sem comprovação de vínculo ou representação com qualquer licitante do certame, em momento posterior, reconheceu expressamente não possuir legitimidade para apresentar a impugnação em nome da empresa DT Serviços, solicitando a sua desconsideração.
- A empresa DT SERVIÇOS, verdadeira interessada e citada na comunicação subsequente,
- Não houve apresentação de procuração ou outro documento hábil que comprove a legitimidade da impugnante para representar qualquer licitante.

Dessa forma, aplica-se o entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo o qual:



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR



“Não se conhece de impugnação interposta por terceiro alheio ao procedimento licitatório ou por quem não detém representação legítima da parte interessada.”
(Acórdão nº 2122/2018 - Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Complementarmente, o Acórdão nº 1194/2020 - Plenário, relator Min. Bruno Dantas, destaca:

“Ainda que o princípio do formalismo moderado permita certa flexibilização, a Administração deve indeferir manifestações oriundas de quem não detém capacidade postulatória ou legitimidade processual para atuar no certame.”

Nesse contexto, está ausente o requisito da legitimidade ativa, sendo indevida a análise de mérito da impugnação, à luz do princípio da legalidade e da segurança jurídica.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto: INDEFIRO LIMINARMENTE a impugnação apresentada pela empresa JNX SERVIÇOS, por ausência de legitimidade da parte impugnante para representar qualquer interessado (DT SERVIÇOS) no âmbito do Pregão Eletrônico nº 2025111201.

Determino o arquivamento da impugnação, sem análise de mérito, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, nos Acórdãos nº 2122/2018 e 1194/2020 do TCU e no pedido formal de desconconsideração da impugnação encaminhado pela empresa JNX SERVIÇOS.

Pacatuba/CE, 18 de novembro de 2025

Amanda Kelly da Silva Lima
Pregoeira